

AJUSTE

FHC anuncia órgão para coordenar produção

Superministério para setor já havia sido sugerido por Mendonça de Barros e controlaria BNDES e BB

MONICA YANAKIEW

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que vai criar um órgão ou ministério para coordenar ações ligadas ao desenvolvimento da produção. E justificou a proposta com a necessidade de garantir o crescimento e a estabilidade do País.

A criação de um superministério da produção, capaz de desenvolver e financiar uma política industrial, foi proposta há mais de dois meses pela ala tucana do gabinete de Fernando Henrique. Reuniria duas pastas: a de Indústria, Comércio e Turismo e a de Ciência e Tecnologia. E passaria a controlar também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atualmente subordinado ao Ministério do Planejamento.

O principal defensor dessa idéia – ou pelo menos, o primeiro a defendê-la publicamente – foi o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, cujo nome está sendo agora cotado para o cargo. Mas a proposta, que conta com a simpatia de muitos empresários, não agrada a boa parte da equipe econômica. Nem tem sido discutida com todos os membros do gabinete.

Ontem Fernando Henrique deu sinais de que, nesse caso, tinha decidido dar ouvidos aos ministros políticos, entre os quais o da Educação, Paulo Renato, da Saúde, José Serra, e do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho. Ao anunciar a criação de “um órgão ou ministério, que coordene a produção nacional e tenha condições para dis-

cutir as formas de financiamento necessárias”, o presidente repetiu a frase de Mendonça de Barros, que tanta polêmica causou: “Temos de nos preparar para uma estratégia de política econômica que faça com que o Brasil dependa menos de capitais externos e mais de financiamento interno, até porque os capitais externos vão escassear.”

No dia 30 de agosto, Mendonça de Barros disse o mesmo, numa entrevista publicada pelo *Jornal de Brasília*, e ainda acrescentou que seria necessário tomar medidas contra as “importações predatórias”.

Temerosos de uma mudança de política econômica e do fechamento do mercado brasileiro, muitos importadores anteciparam suas compras, contribuindo para o alto déficit de US\$ 801 milhões na balança comercial do mês passado.

José Roberto Mendonça de Barros teve de sair a público para tranquilizar o mercado e assegurar que nada mudaria – além da adoção de algumas medidas técnicas para controlar a importação de produtos de má qualidade. Ele falou como irmão do ministro das Comunicações – que, a partir de então, ficou em silêncio – e como secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) – o órgão que reúne representantes dos ministérios econômicos e do Itamaraty, diretamente subordinado à Casa Civil da Presidência.

Ontem, no mesmo dia em que foram anunciadas novas medidas para controlar as importações de centenas de produtos, Fernando Henrique repetiu a tese de Mendonça de Barros. Apesar de o presidente ter sido propositadamente vago em suas declarações, pessoas que participaram das discussões sobre esse tema dizem que o novo superministério desempenhará também a função da Camex. “A

Camex não tem estrutura para funcionar, porque tem apenas uma dezena de funcionários e poucos recursos”, explicou um dos assessores da Presidência.

Para explicar a necessidade do superministério, a fonte citou justamente o setor de telecomunicações, que será o responsável por grande parte das importações futuras. “Agora que a Telebrás foi privatizada, os novos donos terão de importar muito equipamento para cumprir suas metas de modernização e eficiência”, disse, para argumentar: “Por que vamos deixar que entrem no Brasil mercadorias de má qualidade, vendidas a preços baratíssimos pelos países asiáticos, em vez de estimular a produção nacional ou de empresas estrangeiras instaladas no País, que têm planos para exportar?”

Detectar que setores precisam de apoio do governo era uma tarefa que vinha sendo desempenhada pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo. Mas o financiamento era decidido pelo BNDES, ou seja, pelo Ministério do Planejamento.

“Isso não faz sentido, porque o Planejamento cuida de Orçamento e de contas públicas, e não de produção”, observou a fonte. “Dos US\$ 20 bilhões que o BNDES tem, metade é para financiar o setor de bens de capital: US\$ 9 bilhões para a produção de máquinas e equipamentos e US\$ 2 bilhões para a exportação”, explicou. Essas atividades são da alçada do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo.

Já o Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem um orçamento pequeno, deveria coordenar suas ações com as empresas privadas, para capacitar o Brasil a competir em determinadas áreas. Apesar de a política de comércio exterior depender de mais de um ministério (compete ao Itamaraty, por exemplo, negociar acordos internacionais e tarifas), as atividades da Camex (como o programa especial de exportação) também passariam para o novo superministério.

**IDÉIA NÃO
AGRA DA
PARTE DA ÁREA
ECONÔMICA**